

Apresentação

Gisele Leite de Lima*

Na virada para o século XXI, um novo termo começa a fazer parte do discurso científico nas ciências naturais, sociais, humanidades e artes. No ano 2000, durante a reunião do Programa Internacional de Geosfera-Biosfera, no México, o prêmio Nobel de Química, Paul Crutzen, utilizou de maneira improvisada, porém firme o termo Antropoceno para deixar claro que não estávamos mais vivendo no Holoceno, como seus colegas estavam discutindo. De fato, as condições de referência que definiam o Holoceno (último período geológico que assinala a saída do planeta da última glaciação) não podem ser mais observadas atualmente (ZALASIEWICZ, 2016).

A transformação de grande parte da superfície terrestre em matéria prima; o reaquecimento da superfície do planeta (a reengenharia de grandes rios do mundo, por exemplo); a queima de combustíveis fósseis, o uso e testes de bombas nucleares e as consequentes alterações na atmosfera, alteraram o funcionamento e os fluxos do Sistema Terra**. Os sedimentos marinhos, lagunares, fluviais e as turfeiras contém as marcas dessas transformações ambientais. Além de cascalho, areia, silte e argila, esses sedimentos agora são compostos por vestígios das atividades humanas: radionuclídeos artificiais originários do uso e testes com bombas nucleares, por plásticos, alumínio e concreto, pesticidas, poluentes orgânicos persistentes e cinzas volantes como subprodutos da queima de hidrocarboneto (ZALASIEWICZ, 2016). Mudanças na flora e fauna também são a marca do Antropoceno. As taxas de extinção de espécies e invasões aumentaram à medida que mais *habitats* naturais tinham suas áreas substituídas por cidades, lavouras e pastos.

O Antropoceno ainda não é formalmente reconhecido como um período geológico. A adoção desse termo por cientistas de diversas áreas se dá pelas implicações sociais e humanas da mudança no Sistema Terra a tal ponto que a chegada de um novo período geológico seria justificada.

Desde 2009 o Grupo de Trabalho do Antropoceno, subcomissão subordinada à União Internacional de Ciências Geológicas, vem trabalhando para inserir o Antropoceno na Escala do Tempo Geológico. A formalização desse novo período geológico não tem impacto restrito às ciências geológicas, uma vez que a aceitação da chegada deste novo período geológico é a confirmação de que as causas das mudanças que presenciamos no Sistema Terra são consequências das nossas atividades: sociais, políticas, econômicas e militares.

O Cadernos do CEOM em seu número 52, reúne seis artigos no dossiê temático “Antropoceno: a sociedade como uma força na mudança da paisagem”. Neste número são apresentados resultados de estudos concluídos e em andamento, que discutem o papel da sociedade como essa força transformadora da paisagem terrestre e também sobre as possibilidades que se apresentam para mitigar os impactos gerados por essa atuação.

No artigo *Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó*, Samira Moretto e Michely Cristina Ribeiro trazem à discussão uma das facetas por traz do discurso conservacionista brasileiro ao analisarem a criação do Parque Florestal João Goulart, atual Floresta Nacional de Chapecó, na década de 1960.

Nos artigos *Variação espacial da temperatura de superfície durante o verão em Erechim – RS*, de Pedro Murara, Eduarda Agnolin e Bruno Prina

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó.

** O Sistema Terra compreende a esfera natural e antrópica.

e “Vetores epistemológicos”: *Ratos, fronteiras e o Antropoceno*, de André Luis de Lima Carvalho são abordados dois problemas gerados pela urbanização. No primeiro, os autores confirmam a ideia de que as temperaturas superficiais tendem a ser maiores em locais desprovidas de vegetação e impermeabilizadas. Uma condição comum na maior parte das cidades brasileiras. No segundo artigo, André Luis de Lima Carvalho traz uma análise do Antropoceno a partir do estudo de duas espécies de ratos que tem sua história intrinsecamente relacionada à história da espécie humana. Cidades e ratos possuem uma íntima relação já que as cidades oferecem recurso e abrigo para essas duas espécies: humanos e ratos.

Nos artigos *Do processo discursivo à agenda operativa: gestão das águas e participação social no oeste catarinense*, de Izabella Barison Matos (e colaboradores) e *Ecosistemas Costeiros Amazônicos: As transformações socioambientais do período colonial ao Antropoceno*, de Adrielson Furtado Almeida; os autores nos oferecem possibilidades de superação dos problemas ambientais relacionados ao uso desordenado de recursos naturais e ocupação dos ecossistemas naturais, apontando o protagonismo da sociedade civil organizada e das populações tradicionais como forma de encontrar um equilíbrio entre conservação e uso sustentável.

Principais abordagens arqueológicas em planícies aluviais: um estudo de caso do Rio Verde no município de Serranópolis – Goiás, de Eliezer Botelho (e colaboradores), os autores apresentam a ideia de como os rios podem contar não somente a história natural de um lugar, mas também a ocupação humana deste lugar, dada a relação simbiótica da espécie humana com esse ambiente.

Nesta edição dos Cadernos do Ceom, na sessão de artigos, outros três trabalhos encerram este número da revista. *A colonização da Rodovia Transamazônica e os Desafios de Adaptação: Um Estudo a Partir da Comunidade Carlos Pena Filho*, de Aldizio Ribeiro dos Santos (e colaboradores) e *Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980)*, de João Carlos Tedesco e Emerson Neves da Silva, são apresentados a partir de abordagens distintas a ocupação de ecossistemas naturais e a luta pela terra. Os artigos nos ajudam a refletir sobre o impacto das políticas públicas (ausência?) na ocupação ordenada do território e a emergência dos movimentos sociais como uma possibilidade de superação dos problemas relacionados à ausência do Estado no que toca à infraestrutura, moradia e educação dos agricultores. Por fim, *O medievo e a forja de um adversário: O Islã em Al-Andaluz* de autoria de

Augusto Machado Rocha, baseado nos escritos de Roger Chartier e Carlo Ginzburg, apresenta o papel dos “Mártires de Córdoba” no século IX, em Al-Andaluz (Península Ibérica), e como estes propagaram a representação do Islã por meio de uma escrita “local”, e seu contexto, oportunizaram uma imagem de aversão à cultura islâmica.

Boa leitura!

Referências

ZALASIEWICZ, J. Science and society of the Anthropocene: Transition from the Holocene. *Science, people & politics*, v. VIII, p. 9-16, 2016.